

Fantasma da dívida pública volta a assombrar economistas

Editoria de Arte

22-3-1985

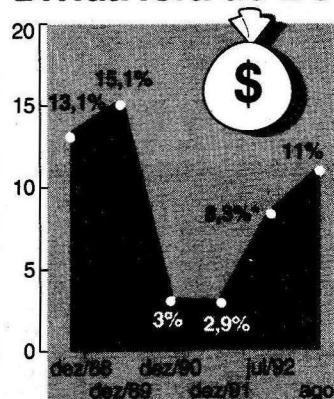
JOYCE JANE

Passados 28 meses do Plano Collor, elaborado em grande parte para resolver o endividamento interno do Governo, a dívida pública volta a assombrar os economistas. De acordo com dados disponíveis no Banco Central, a dívida já representa hoje 11% do PIB (Produto Interno Bruto), contra os 15% do fim do governo Sarney e os 3% logo depois do Plano Collor. Se os atuais juros reais se mantiverem, daqui a um ano terá sido em vão todo o sacrifício imposto pela equipe da ex-ministra Zélia Cardoso de Mello: a dívida vai voltar ao mesmo tamanho que tinha antes, só que custando um pouco menos aos cofres federais.

Os juros reais também nunca estiveram tão altos. No último ano do Governo Sarney — quando o Brasil se aproximou da hiperinflação e as altas de preços atingiram 84% ao mês — o Governo pagou de juros no **overnight** 34,45% reais (acima da inflação) ao ano. O Governo Collor esse ano já pagou 22,02% reais até agosto e poderá chegar a 36% se a política de juros altos se mantiver como está até dezembro.

Oficialmente, a dívida pública fora do Banco Central, em julho, era de 8,34% do PIB. Só que a última liberação de cruzados novos em agosto aumentou em

Dívida fora do BC

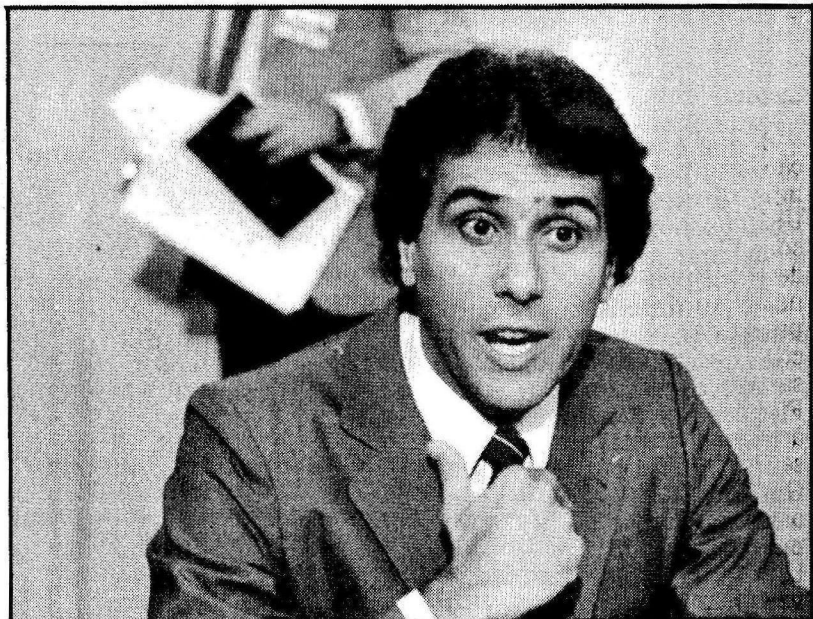


* Dados preliminares

FONTE: Andima e BC

quase 1% seu tamanho. Há ainda os 20% do estoque de depósitos que permanecem em DER (poupança especial de cruzados) — hoje em torno de US\$ 10 bilhões — que são recolhidos compulsoriamente para financiar o Governo, somando mais 0,6% do PIB.

Além disso, quase um terço dos recursos aplicados nos fundos são depositados obrigatoriamente no Banco Central, mas também não são contabilizados tecnicamente como dívida, embora sejam usados para financiar o Governo, representando



Senna: problema maior é o encurtamento dos prazos dos títulos públicos

mais 1,2% do PIB. Como o saldo dos fundos é de Cr\$ 60 trilhões, praticamente Cr\$ 20 trilhões também precisam ser considerados endividamento do Governo federal, ou seja, são mais 1,2% do PIB a serem acrescidos na soma de recursos do mercado que financiam as contas do Governo.

A dívida diminuiu após o Plano Collor porque 80% dela ficaram retidos no Banco Central sob a forma de cruzados novos. Como o Governo não conseguiu superávit fiscal para pagar esse dinheiro, ele foi devolvido e ime-

diatamente recolhido porque muita gente sacou e voltou a aplicar em títulos públicos. Houve ainda necessidade de emissão de papéis federais para recolher a avalanche de cruzeiros que entrou no mercado, decorrentes da troca de dólares que chegaram, em parte, atraídos pelos elevados juros reais pagos pelo Governo.

A dívida só não chegou ainda aos 15% do PIB do Governo Sarney porque no Plano Collor o Governo se apropriou de parte dos recursos que o financiavam.